

A dívida intra-regional chega a US\$ 12 bilhões

por Maria Helena Tachinardi
de Ica

Mecanismos concretos para a negociação e a redução da dívida intralatino-americana serão aprovados hoje pelos sete presidentes que integram o Grupo dos Oito, do qual o Panamá continua suspenso.

"Vamos avançar mais nos mecanismos sobre a dívida intra-regional. Deveremos criar o Clube do Rio, que funcionará como o Clube de Paris a nível regional", comentou ontem o embaixador Luis Felipe Seixas Correa, assessor para assuntos internacionais do presidente José Sarney.

A idéia do mini-Clube de

Paris partiu do Brasil, o maior credor, com US\$ 4 bilhões para receber de seus parceiros latino-americanos, de um total de US\$ 12 bilhões que corresponde aos débitos intra-regionais.

Os países, a exemplo do que ocorre no Clube de Paris, usariam mecanismos de compensação, de redução, com a finalidade de fazer voltar à região os fluxos de comércio bloqueados pelo endividamento.

A declaração final de Las Dunas — que começou a ser discutida ontem no início da tarde depois que os presidentes posaram para fotos e almoçaram — deverá fazer menção à necessidade de fortalecer a Organização dos Estados Americanos (OEA), à importância de que o Panamá volte ao regime democrático e enfatizará o respaldo à conferência multilateral sobre drogas, pedida pela Colômbia na ONU, sob a inspiração brasileira.

QUESTÃO

PANAMENHA

A crise panamenha está sendo discutida a nível presidencial e não constou da agenda dos chanceleres do grupo, que se reuniram no início da semana em Trujillo. Caberá aos sete chefes de Estado conduzir essa questão conflitiva e sobre a qual dificilmente haverá consenso, pois no que se refere à expulsão do Panamá do grupo, apenas o Peru e a Venezuela ousam fazer declarações mais incisivas a respeito.

O presidente peruano, Alan Garcia, em seu discurso de abertura da reunião, disse que a ditadura no Panamá causa repúdio porque privou o povo panamenho de estar representado no encontro de Ica. O venezuelano Carlos Andrés Pérez também foi duro em relação ao atual governo panamenho, liderado pelo general Manuel Antonio Noriega, mas não chegou a pedir a sua expulsão do grupo. A posição do Brasil, esclareceu Seixas Correa, é a de que o Panamá deve voltar à democracia, "e para isso temos atuado na OEA, para que se exerça uma pressão sobre o governo panamenho".